

INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR

Bárbara Andressa Mendonça de Rocha Mesquita¹
Tadeu João Ribeiro Baptista²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a produção científica publicada na Revista Educação Especial sobre as temáticas de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, a qual foi conduzida no ambiente virtual da base de dados deste periódico em busca de trabalhos publicados entre os anos de 2010 a 2018, com os resultados sendo submetidos à análise de conteúdo. Dos 22 artigos encontrados no banco de dados, apenas 11 entraram na pesquisa, o que se deveu aos critérios de inclusão e exclusão adotados por este estudo. A estratégia de busca se deu através das palavras: inclusão, Educação Inclusiva, ensino superior e pessoa com deficiência. Os estudos analisados destacaram a importância da acessibilidade para garantir a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior, e as categorias consideradas importantes para a implantação dessas medidas foram a elaboração de políticas públicas inclusivas, o uso de tecnologias assistivas, uma prática pedagógica inclusiva e adaptações curriculares, estruturais e atitudinais da instituição de ensino.

Palavras-Chave: Educação especial; Inclusão. Acessibilidade; Permanência; Ensino superior.

INCLUSION OF THE STUDENT WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

This article aims to analyze the scientific production published in the Special Education Journal on the themes of access and permanence of people with special educational needs in higher education. It is a literature systematic review, which was conducted in the virtual environment of this journal's database in search of published works between the years 2010 to 2018, with the results being submitted to content analysis. Of the 22 articles found in the database, only 11 entered the research, which was due to the inclusion and exclusion criteria adopted by this study. The search strategy was based on the words: Inclusion, Inclusive Education, higher education and people with disabilities. The studies analyzed emphasized the importance of accessibility to ensure the permanence of students with disabilities in higher education, and the categories considered important for the implementation of these measures were the elaboration of inclusive public policies, the use of assistive technologies, an inclusive pedagogical practice and adaptations curricular, structural and attitudinal characteristics of the educational institution.

Keywords: Special education; Inclusion. Accessibility; Permanence; Higher education.

Recebido em 13 de março de 2019. Aprovado em 25 de abril de 2019.

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (2012), pós-graduada em Docência Universitária, pós-graduação em Fundamentos da Educação Infantil e séries iniciais e pós-graduação em Movimento Humano. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Trabalha com ênfase nas temáticas prática pedagógica, Educação Física escolar, inclusão, natação e saúde. Atualmente é professora concursada pela Prefeitura de Goiânia, exercendo a função de professor regente no Ensino Especial - APAE/GO e Professora Universitária no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Goiás.

² Possui graduação (Licenciatura Plena) em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás, Especialização em Planejamento Educacional pela Associação Salgado de Oliveira e Treinamento Esportivo pela Escola Superior de Educação Física de Goiás. É Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás. É Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente cursa Pós-Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na linha de pesquisa de Filosofia e História da Educação. Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás, onde atua como Docente no curso de graduação em Educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Educação. É Líder do COEESA - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Corpo, Estética, Exercício e Saúde.

INTRODUÇÃO

A inclusão no ensino superior é um novo desafio da Idade Contemporânea e traz diversas reflexões necessárias e emergenciais, pois, a universidade é um espaço que deve assegurar a formação de alunos comprometidos com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa. A fim de garantir a acessibilidade das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE)³ no ensino superior, é necessário que essas instituições estejam engajadas e conscientes sobre os direitos de acesso e permanência dessas pessoas no contexto educacional. Para tanto as ações voltadas para a inclusão não podem ser isoladas, devendo partir de movimentos coletivos que envolvam gestores, funcionários, professores e alunos interessados em uma perspectiva educacional inclusiva.

Para Crochík (2012), a Educação Especial é destinada à inclusão dos PNEE no ensino superior regular, com foco na inclusão, considera as diferenças e proporciona adequações na estrutura arquitetônica, curricular e pedagógica para o cumprimento dos objetivos escolares, sendo a Instituição de Ensino Superior (IES) responsável pelas modificações que atendam esses acadêmicos pertencentes à minoria na esfera social. .

Destarte, é importante entender como tem-se traçado o percurso das pessoas com deficiência na sociedade e seus desdobramentos no acesso à educação. Os movimentos sociais na luta a favor dos direitos dessas pessoas começaram a ganhar força no final da década de 70, pois, até então essas pessoas tinham assistência educacional em instituições especializadas, sendo excluídos das escolas regulares. Mas, a partir de 1979, realizaram-se encontros nacionais em diversas partes do país e do mundo com o objetivo de mostrar a toda sociedade, a exclusão e o preconceito que as pessoas com deficiência (PCD)⁴ sofriam e esclarecer que esses indivíduos mereciam cidadania e não caridade, considerando que, como qualquer outra pessoa, eles apresentam limites, porém, muitas possibilidades.

No contexto educacional, a inclusão começa a ser problematizada nos anos 1990 ao se perceber a existência da diversidade cultural, social, étnica-racial, de gênero, as quais devem ser respeitadas. A universidade, como espaço de produção do conhecimento que contribui na formação humana do indivíduo, tem o desafio de aceitar essa diversidade, promover uma educação de qualidade a todos os acadêmicos.

De acordo com o artigo 1º da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência da ONU (2009, p. 26), “[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Portanto, essas pessoas necessitam de estratégias educacionais diferenciadas para atingirem os objetivos estabelecidos pelas Instituições de Ensino Superior.

Em 2015, houve uma grande oportunidade de avanço na educação para as pessoas com deficiência, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/ 2015, que respalda o direito de acesso à educação.

Art. 27 – A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de

³ Existem nas instituições de ensino superior diferentes pessoas com necessidades educacionais distintas, portanto, usaremos essa nomenclatura para nos referirmos às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, como está descrito no Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

⁴ Para efeito deste texto, os termos, Pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) e pessoas com deficiência (PCD), serão tratadas como sinônimos, procurando se evitar a excessiva repetição dos termos.

toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 7).

Conforme a legislação, as intuições de ensino necessitam incluir todas as pessoas no espaço educativo e têm como dever promover o acesso e a permanência dos indivíduos com deficiência, pois, cada sujeito possui sua singularidade e tanto a IES, especificamente, como os professores devem considerar as dimensões da subjetividade humana.

Os dados apresentados no Senso de Educação Superior (MEC/INEP, 2012) referentes a 2010 apresentam o quantitativo de 22.455 alunos com deficiência matriculados na universidade, enquanto os dados do Senso de Educação Superior (MEC/INEP, 2018) referentes a 2015 apresentaram 38.837, ou seja, um aumento de 72,9% de PNEE nas universidades, sejam elas públicas ou privadas. Sendo assim, “[...] implementar ações educativas junto a estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma questão de democracia e cidadania” (CASTANHO, 2006, p. 94).

A inclusão é um processo complexo que exige mudanças organizacionais para garantir o acesso e a permanência dessas pessoas no ensino superior. Destarte, é essencial que as universidades desenvolvam formas de acessibilidade aos cursos de graduação e pós-graduação através de ações inclusivas efetivas no cotidiano acadêmico.

Entre as ações que visam à concretude da acessibilidade está a efetivação das políticas públicas educacionais, as quais precisam ser mais bem analisadas, reformuladas e desenvolvidas por todos os setores envolvidos com a Educação Especial. Também é importante ressaltar que as IES precisam se atualizar, buscar tecnologias assistivas ajustadas às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, estimulando sua autonomia.

Outro fator relevante sobre a acessibilidade com impacto direto na permanência desse aluno na universidade é a prática pedagógica inclusiva que o professor necessita assumir. Mesmo sabendo da essencialidade do trabalho do professor em sala de aula, o restante da comunidade universitária não está isento das obrigações para efetivar o acesso e a permanência das PCD. Por isso, é imprescindível buscar adaptações curriculares, estruturais e atitudinais em benefício da inclusão desse público.

Art. 42 – As instituições de ensino superior, públicas e privadas, deverão prover os meios necessários para o atendimento educacional especializado, a acessibilidade física e de comunicação e, ainda, recursos didáticos e pedagógicos, tempo adicional e flexibilização de atividades e avaliações, de modo a atender às peculiaridades e necessidades dos alunos com deficiência (BRASIL, 2006, p. 23).

Portanto, por meio de uma Educação Inclusiva que valorize a diversidade cultural e a flexibilização educacional, as PNEE terão a chance de conquistar sua formação universitária, potencializando suas chances no mercado de trabalho. Em contrapartida, a universidade estará cumprindo seu papel social de democratizar o ensino e formar profissionais comprometidos com a democracia, a igualdade e a justiça.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo consiste numa revisão sistemática da literatura de cunho qualitativo e objetiva identificar as produções da Revista Educação Especial sobre o acesso e a permanência

dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior. A busca dos artigos se restringiu aos trabalhos publicados no período de 2010 a 2018.

Os descritores para a busca foram: inclusão, Educação Especial, pessoa com deficiência e ensino superior. Os critérios de inclusão dos trabalhos analisados foram: constar no resumo que o artigo é sobre a inclusão no ensino superior; os artigos estarem completos. Já os critérios de exclusão foram: constar no resumo que o artigo é sobre a inclusão na Educação Básica; terem sido publicados antes de 2010; terem como metodologia a revisão sistemática e; trabalhos duplicados. Tal busca resultou em 22 trabalhos. Após leitura cuidadosa dos resumos dessas produções aos critérios de inclusão e exclusão, constatou-se que 11 produções acadêmicas atendiam aos objetivos deste estudo os quais foram analisados pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2012) de caráter descritivo. Assim, foi possível categorizar os dados em quatro categorias, que norteiam o processo de acessibilidade ao ensino superior: a importância das políticas públicas; tecnologias assistivas; prática pedagógica inclusiva e; adaptações sendo esta, subdivida em curriculares; estruturais e; atitudinais das instituições de ensino. Deste modo, optou-se por organizar e analisar os dados discursivamente com a intenção de apresentar os elementos essenciais para a concretização do acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais na universidade. Desse modo os textos identificados estão descritos no quadro 1.

Quadro 1 – Artigos selecionados para pesquisa com as temáticas identificadas.

AUTORES	TÍTULO DO ARTIGO	VOLUME/ NÚMERO/PÁGINA	ANO DE PUBLICAÇÃO	TEMÁTICA IDENTIFICADA
DUARTE e FERREIRA.	Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, MG.	Revista Educação Especial v. 23 n. 36 p. 57-72.	Jan./Abr. 2010	Políticas Públicas Educacionais Tecnologias Assistivas.
CAMBRUZZI, COSTA e DENARI.	Acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas.	Revista Educação Especial v. 26 n. 46 p. 351-366.	Mai/Ago. 2013	Adaptação Estrutural.
ANACHE, ROVETTO e OLIVEIRA.	Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior.	Revista Educação Especial v. 27 n. 49 p. 299-312.	Mai/Ago. 2014	Políticas Públicas Educacionais Prática Pedagógica Inclusiva Tecnologias Assistivas.
MARQUES e GOMES.	Concordâncias/Discordâncias acerca do processo inclusivo no ensino superior: um estudo exploratório.	Revista Educação Especial v. 27 n. 49 p. 313-326.	Mai/Ago. 2014	Políticas Públicas Educacionais Prática Pedagógica Inclusiva Adaptação Estrutural, Atitudinal e Curricular.
FREITAS, DELOU e CASTRO.	Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.	Revista Educação Especial v. 28 n. 53 p. 765-778.	Set./Dez. 2015	Políticas Públicas Educacionais Prática pedagógica inclusiva.
LANA, CASTRO e MARQUES.	Memória e identidade docente de uma professora surda do Ensino Superior.	Revista Educação Especial v. 29 n. 54 p. 69-82.	Jan./Abr. 2016.	Prática Pedagógica Inclusiva.
MENDES e BASTOS.	Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná.	Revista Educação Especial v. 29 n. 54 p. 189-202.	Jan./Abr. 2016	Prática Pedagógica Inclusiva Adaptações Estruturais e Atitudinais.
SALES, MOREIRA e COUTO.	O convívio acadêmico: representações sociais de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.	Revista Educação Especial v. 29 n. 55 p. 295-308.	Mai/Ago. 2016	Políticas Públicas Educacionais Prática Pedagógica Inclusiva Adaptação Estrutural, Curricular e Atitudinal.
PANSANATO, RODRIGUES e SILVA.	Inclusão de estudante cego em curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso.	Revista Educação Especial v. 29 n. 55 p. 471-486.	Mai/Ago. 2016	Tecnologia Assistivas Prática Pedagógica Inclusiva Adaptação Estrutural e Curricular.
ROCHA e LACERDA.	Vestibulares vídeo-gravados em libras: um novo modo de acesso ao ensino superior federal?	Revista Educação Especial v. 29 n. 56 p. 709-722.	Set./Dez. 2016	Políticas Públicas Educacionais Tecnologias Assistivas.
CORREIA, SANDER e MARTIN.	A percepção de universitários sobre a atuação do intérprete de libras no ensino superior.	Revista Educação Especial v. 30 n. 58 p. 529-540.	Mai/Ago. 2017	Tecnologia Assistiva Prática Pedagógica Inclusiva.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018), através dos dados de publicação da Revista Educação Especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do conteúdo das 11 produções científicas possibilitou diferentes elementos sobre o acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. No que se refere à acessibilidade no ambiente universitário, é evidente o enfoque nas políticas públicas voltadas para uma Educação Inclusiva que garanta estes direitos.

A acessibilidade é um dos caminhos para se efetivar a inclusão no ensino superior. As ações podem ter como objetivo buscar adaptações e recursos no ambiente educacional que contemplem aspectos físicos, ideológicos, tecnológicos e comunicacionais, o que pode abranger a modificação da estrutura física, do currículo e das atitudes da comunidade acadêmica, bem como, a adoção de uma prática pedagógica inclusiva. Assim, passaremos a fazer a análise de acordo com as categorias identificadas.

Políticas Públicas Educacionais para acesso e permanência das PNEE

As políticas públicas educacionais para uma Educação Inclusiva são adotadas para assegurar a acessibilidade da PCD no ensino superior. Essas ideias foram abordadas por autores como Marques e Gomes (2014); Anache; Rovetto e Oliveira (2014); Freitas; Delou e Castro (2015); Castro e Marques (2016); Mendes e Bastos (2016); Pansanato; Rodrigues e Silva (2016); Rocha e Lacerda (2016); Lana, os quais destacam a importância e os avanços das políticas educacionais no âmbito da Educação Inclusiva, que vêm garantindo os direitos dessas pessoas nos diversos espaços e modificando o contexto social. Dentre essas políticas públicas, os autores destacam a Constituição Federal (BRASIL, 1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); as Declarações de Educação para Todos (1990); a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001); a Lei 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); e a mais recente Lei Brasileira da Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (ROCHA; LACERDA, 2016). Segundo os autores, essas ações contribuíram para dar visibilidade às necessidades das PCD, mas, não cumprirão sua função social se os indivíduos não se empenharem para que as conquistas legais sejam efetivadas com excelência nos diversos espaços.

Em contrapartida, pouco se tem documentado sobre as políticas públicas educacionais no contexto da inclusão universitária. Entre os estudos levantados, apenas Duarte e Ferreira (2010) e Anache; Rovetto e Oliveira (2014) citam documentos que objetivam promover ações de acesso e permanência no ensino superior da PNEE: o Programa Incluir – Programa de Acessibilidade na Educação Superior, implantado em 2007 através de parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); e o Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP), que teve sua primeira edição em 2003 e outras em 2006 e 2009.

O Programa Incluir permite estabelecer um diálogo entre professores, funcionários e gestores, resultando no processo de inclusão e na efetivação das políticas afirmativas de forma adequada. As ações deste Programa são de extrema importância para assegurar as necessidades inclusivas em todas as universidades, trabalhando para que as metas do programa sejam desenvolvidas, visando a aproximação das pessoas com deficiência do seu direito de acesso e permanência ao ensino superior. É necessário que cada universidade crie seu núcleo de acessibilidade, sendo um local de comunicação e elaboração de estratégias acadêmica e institucional, em busca da qualidade educacional para as PNEE. No entanto, a partir de 2012, o projeto foi extinto e os recursos para essas demandas da Educação Inclusiva foram alocados

no fundo orçamentário das instituições, deixando de existir transparência sobre os recursos. (DUARTE; FERREIRA, 2010).

O Programa Incluir possui fundamentação na Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que visa eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, equipamentos e materiais didáticos, dificultando a vida da pessoa com deficiência. Este programa objetiva promover o acesso e a permanência das PNEE pelo cumprimento dos requisitos legais através da formação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), garantindo a educação destas pessoas. No entanto, no contexto universitário, parece haver falta de interesse em buscar conhecimento e consolidar tais ações inclusivas, haja vista, essas instituições ainda criarem barreiras pelo olhar preconceituoso de que a pessoa com deficiência não possui qualificação para frequentar e concluir uma graduação (ANACHE; ROVETTO; OLIVEIRA, 2014).

Esses núcleos de acessibilidade precisam ser gerenciados por professores e funcionários qualificados e comprometidos com as demandas da Educação Inclusiva, capazes de desmistificar e desconstruir estereótipos sobre as pessoas com deficiência, conscientizando a comunidade universitária sobre os direitos de acesso, permanência, além das potencialidades desses alunos.

O PROESP é um programa fruto da parceria entre a Secretaria de Educação Especial (SEESP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e objetivava fomentar projetos de pesquisa em Educação Especial e a formação de professores do ensino infantil, fundamental, médio e superior na perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, apesar do potencial pedagógico do programa, por um motivo desconhecido ele foi extinto, tendo sua última edição no ano de 2009 (ANACHE; ROVETTO; OLIVEIRA, 2014).

Através destes dados, podemos constatar que ainda há muito a refletir, discutir e desenvolver em relação às políticas públicas educacionais no âmbito da inclusão, pois as medidas que já foram tomadas não sustentam, temporalmente, o acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. Duarte e Ferreira (2010) ressaltam que a inclusão na universidade é de responsabilidade das instituições públicas e privadas, sendo necessário informar as instâncias governamentais sobre as dificuldades encontradas no processo de inclusão para que elas elaborem políticas públicas que possam suprir as inúmeras demandas das PNEE.

Nesse contexto, podemos observar que as políticas públicas para uma Educação Inclusiva vêm sendo desenvolvidas de forma tímida, dificultando o desenvolvimento na implantação e sucesso na implementação. Por isso, as instituições devem se atentar para realizar mudanças emergenciais, caso contrário, estarão negligenciando o direito das pessoas com deficiência ao ensino superior.

Em contrapartida, Anache; Rovetto e Oliveira (2014) ressaltam que não podemos acreditar apenas na efetivação das políticas públicas, a inclusão estará assegurada. Essas são apenas um dos elementos essenciais para assegurar e manter os alunos com necessidades educacionais no ensino superior. Temos que avançar em outras questões, como a reformulação das práticas pedagógicas, gestão, flexibilização curricular, adaptações estruturais e atitudinais, e utilização das tecnologias assistivas.

Tecnologias assistivas para o acesso e a permanência das pessoas com deficiência

As tecnologias assistivas são técnicas de ajuda que possibilitam ao acadêmico com alguma deficiência almejar a autonomia no processo de ensino-aprendizagem de forma eficiente e com qualidade. No artigo 3º, pode-se ler no inciso III:

Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 2).

Duarte e Ferreira (2010), Pansanato; Rodrigues e Silva (2016) e Rocha e Lacerda (2016) também apontam a importância da utilização das tecnologias assistivas como meio de acesso e permanência das pessoas com deficiência.

Pansanato; Rodrigues e Silva (2016) ressaltam a utilização de *software* específico para a necessidade de cada aluno, promovendo a permanência e a inclusão no processo de ensino-aprendizagem. Para Duarte e Ferreira (2010), as tecnologias assistivas desenvolvidas no ensino superior por meio de adaptações e ferramentas de materiais didáticos devem ser disponibilizadas pelos núcleos de acessibilidade, visando garantir a permanência dos alunos com deficiência.

Com relação aos processos de acesso às IES (vestibular), Rocha e Lacerda (2016) discutem a importância de vestibulares vídeo-gravados em Libras. Essa técnica foi inserida em duas universidades federais da Região Sul e, segundo os dados da pesquisa, todos os participantes são favoráveis aos métodos vídeo-gravados em Libras instalados no computador, disponibilizado de forma individual para cada candidato que necessite desse recurso.

As tecnologias assistivas estão previstas no art. 29 da Lei da Inclusão, nº 13.146, especificamente no inciso IV, que descreve sobre a disponibilização de recursos adequados de acessibilidade e de tecnologia assistiva, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência, a fim de assegurar o acesso e a permanência desses alunos.

Além das tecnologias assistivas, outro ponto discutido por Corrêa, Sander e Martins (2017) são as formas de comunicação entre professores e alunos, e um dos exemplos mais citados é a importância do intérprete de Libras nos diferentes níveis de ensino, inclusive no ensino superior. A regulamentação do intérprete de Libras e suas competências estão previstas na Lei nº 12.319/10, sendo esses profissionais responsáveis pela tradução simultânea das duas línguas: Libras e Língua Portuguesa. No contexto educacional, esses profissionais vêm conquistando seu espaço e contribuem para uma maior qualidade do ensino dos alunos surdos. O Decreto nº 5.626/2005 estabelece a obrigatoriedade de contratação dos intérpretes de Libras nas instituições de ensino, caso haja no corpo discente alunos com deficiência auditiva que necessitem desse meio de comunicação humanizado entre alunos e professores.

Os autores destacam a importância das tecnologias assistivas e dos meios de comunicação através dos recursos humanos disponíveis para desenvolver a autonomia dos acadêmicos com deficiência, necessitando-se do empenho e do interesse da comunidade educacional para se sanar as demandas pedagógicas das pessoas com deficiência e sejam consideradas “normais” nas universidades.

Os trabalhos aqui discutidos expõem a importância dos docentes para garantir a qualidade do ensino e enfatizam que eles precisam estar preparados para manusear e adaptar o material pedagógico, além das questões que envolvem a inclusão de pessoas com deficiência, uma vez que estas precisam de atendimento especializado para a concretização da aprendizagem na educação superior (PANSANATO; RODRIGUES; SILVA, 2016, p. 472).

Nesse contexto, vamos nos atentar às questões que abordam a prática pedagógica inclusiva de acesso e permanência da PCD no ensino superior.

Práticas pedagógicas inclusivas para acesso e permanência dos acadêmicos

Marques e Gomes (2014), Freitas; Delou e Castro (2015); Pansanato; Rodrigues e Silva (2016); Lana; Castro e Marques (2016) e; afirmam que o professor do ensino superior não está preparado para receber o aluno com deficiência, pois, não possui formação específica e, quando tem o interesse, não encontra aporte teórico suficiente para remediar as dificuldades na inclusão desses acadêmicos.

Os autores ressaltam a importância das adaptações curriculares de pequeno porte que os professores podem promover em sala de aula autonomamente, estando entre elas: “[...] adaptação de objetivos; de conteúdos; do método de ensino, da organização didática; da avaliação; da temporalidade do processo de ensino e aprendizagem” (PANSANATO; RODRIGUES; SILVA, 2016). Podemos constatar a necessidade de esforços do docente frente às adaptações curriculares para uma prática pedagógica inclusiva e de qualidade, por isso, a importância da formação continuada e o suporte da IES para a efetivação dessas ações.

Para tanto, o grande desafio posto para as universidades é formar educadores que não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes frente à diversidade humana. Além disso, [...] adaptar atividades e conteúdos não só para os alunos considerados especiais, mas para todos os integrantes de sua classe. (MARQUES; GOMES, 2014, p. 315).

Agregando conhecimento à ideia de Marques e Gomes (2014), Freitas, Delou e Castro (2015) também acreditam que os professores precisam de formação continuada, mas acrescentam que uma prática pedagógica inclusiva começa na formação profissional, no momento em que ele está cursando uma licenciatura e tem acesso ao ensino, pesquisa e extensão sobre a Educação Especial. Essas experiências acadêmicas formam os princípios éticos, morais e a apropriação de instrumentos necessários para a prática pedagógica inclusiva. Portanto, o professor necessita criar adaptações pedagógicas de acordo com as dificuldades apresentadas pelos seus alunos para que esses almejem e alcancem a aprendizagem. Sem essa formação voltada para a inclusão, o professor deve procurar uma formação continuada para se habilitar a atender essa demanda emergencial e importante.

Para que essa diversidade humana seja incluída, é necessária uma mudança na educação visando erradicar o preconceito das condutas pedagógicas, estabelecer o compromisso com o ensino e a aprendizagem direcionado a todos os alunos, sem qualquer tipo de discriminação (FREITAS; DELOU; CASTRO, 2015).

Os trabalhos de Sales; Moreira e Couto (2016) e de Mendes e Bastos (2016) destacam as barreiras atitudinais que os professores criam por não saberem lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos nem questionarem as necessidades de uma intervenção pedagógica diferenciada, perpetuando estereótipos e segregações sociais. Os “[...] estereótipos são crenças que nos são transmitidas pela influência social, a partir dos meios de comunicação, tendo sua gênese no ambiente familiar, grupal e nas concepções de mundo e do contexto histórico e cultural de cada indivíduo” (VALA; MONTEIRO, 2002 apud SALES; MOREIRA; COUTO, 2016, p. 301).

Neste contexto, os professores deveriam se livrar das estereotípias e desenvolver estratégias educacionais para construir uma prática pedagógica inclusiva eficaz, que supra as demandas pedagógicas necessárias para a aprendizagem das PNEE, possibilitando uma boa convivência com os outros alunos.

No contexto da docência, é fundamental que os professores compreendam que são sujeitos em permanente desenvolvimento, pois assim, construirão sua

identidade profissional, influenciada por aspectos de natureza social e individual, podendo experimentar suas possibilidades e seus limites, ou seja, se envolverem com as situações de ensino capazes de favorecer a reflexão acerca das atividades pedagógicas no contexto de sua prática cotidiana e social (BOLZAN; ISAIA; MACIEL, 2013 apud LANA; CASTRO; MARQUES 2016, p. 74).

Assim, o professor é responsável por tomar uma nova postura pedagógica diante da realidade social em que vivemos, sendo ele um dos mais importantes agentes na construção de uma Educação Inclusiva comprometida com a democratização do ensino.

Em contrapartida, precisamos salientar que não é responsabilidade só dos professores promover a inclusão, deve haver o envolvimento de todo o grupo que compõe a universidade, dentre eles, gestores, familiares e comunidade. Deste modo, a Educação Especial é desafiadora e a universidade é um lugar onde as ações sociais e a cidadania devem se manifestar com o intuito de desenvolver ações afirmativas em favor da inclusão, da diversidade, da democracia e, sobretudo, da autonomia das PCD.

Adaptações da instituição de ensino: estruturas, currículos e atitudes

A importância da acessibilidade é uma das tantas discussões no âmbito da inclusão da pessoa com deficiência, e os estudos publicados de 2010 a 2018 apontam que o ensino superior deve garantir a acessibilidade por meio de adaptações, sejam elas estruturais, curriculares e/ou atitudinais. Sabemos da importância de diferentes adaptações para serem incluídas no contexto social, mas aqui especificamente vamos nos atentar às adequações imprescindíveis que as IES precisam garantir aos acadêmicos com necessidades especiais de acordo com os estudos analisados.

As universidades precisam dar importância às adaptações estruturais com a finalidade de atender às necessidades de acessibilidade dos 9 milhões de PCD no Brasil. Destarte, os autores afirmam que as instituições de ensino precisam refletir sobre uma arquitetura inclusiva para todos os tipos de necessidades e deficiências.. Ressaltam que geralmente as adaptações arquitetônicas estão presentes nos dispositivos legais, mas, nem sempre, são colocadas em prática, restringindo a acessibilidade da pessoa com deficiência nos diversos espaços na academia (CAMBRUZZI; COSTA; DENARI, 2013).

Com relação às adaptações curriculares, cabe à universidade adaptar e refletir sobre o currículo que está sendo proposto aos alunos e, se a proposta pedagógica consegue envolver todos os discentes no processo de aprendizagem. Logo, o currículo precisa conter estratégias diferenciadas que permitam o acesso ao conhecimento pautado em uma estrutura flexível e não rígida. Existem dois tipos de adaptações curriculares, a de grande porte e a de pequeno porte.

De maneira geral, as adaptações curriculares de grande porte são úteis para atender à necessidade especial do aluno quando houver discrepância entre suas necessidades e as exigências do currículo regular à medida que se amplia a complexidade das atividades acadêmicas. As adaptações curriculares de pequeno porte são pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula (PANSANATO; RODRIGUES; SILVA, 2016, p. 474).

Neste contexto, os autores frisam que as adaptações curriculares de grande porte são de responsabilidade da universidade e estão no nível das mudanças mais profundas na estrutura curricular, a fim de promover o ensino do acadêmico, no entanto, as adaptações de pequeno

porte são de responsabilidade do professor e podem ser feitas em sala de aula para que a PNEE tenha uma aprendizagem eficaz.

Portanto, as adaptações curriculares precisam ser bem-vindas e vistas como atitudes normais a serem tomadas pela instituição e pelos professores, de forma que os acadêmicos tenham acesso ao ensino flexível de qualidade, resultando na permanência desses alunos na universidade e efetivando a sua aprendizagem.

Enfim, todas as barreiras que a pessoa com deficiência enfrenta na universidade estão atreladas ao preconceito e falta de conhecimento sobre a inclusão. Por ser uma barreira mais difícil de ser detectada, precisamos estar alertas para determinadas atitudes desumanizadas e excludentes. Assim, a universidade precisa assumir atitudes de ação e reflexão voltadas à Educação Inclusiva, a qual tem grande potencial de formar cidadãos conscientes que priorizem cotidianamente na relação com os seus pares a igualdade, a diversidade cultural, o respeito e a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reunir os elementos das produções acadêmicas de 2010 a 2018 da *Revista Educação Especial* sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino superior mostra que há trabalhos que esclarecem e começam a trilhar as necessidades relacionadas ao acesso e permanência dessas pessoas na universidade. Podemos mencionar a importância das políticas públicas educacionais com relação à acessibilidade nas IES, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira da Inclusão, nº 13.146/2015, e os projetos de acessibilidade exclusivamente para o ensino superior, como o PROESP (2003) e o Programa Incluir (2013), atualmente inativos, necessitam ser reelaborados para potencializar o acesso e a permanência das PCD na Universidade.

Destaca-se a importância da criação do núcleo de acessibilidade nas universidades, como um meio de comunicação e discussão de professores, gestores, famílias, comunidade, alunos e funcionários sobre as condutas de promoção de acesso e a permanência das PNEE no ensino superior. Com essa medida, as instituições de ensino podem mapear e levar ao poder público as dificuldades e possibilidades no trato com essas pessoas na universidade para, em conjunto, elaborem políticas educacionais eficazes e condizentes com a realidade social, pois não adianta elaborar políticas que não supram as necessidades de acesso e permanência.

Outro ponto bastante discutido e que pode potencializar a qualidade no ensino superior são as tecnologias assistivas por poderem promover a autonomia desses alunos e desmascarar a mentira de que essas pessoas não aprendem. Elas reforçam o papel do professor na construção de uma prática pedagógica inclusiva de qualidade, pelo fato de ele ter contato diário com os alunos e poder diagnosticar suas demandas pedagógicas, considerando a autonomia do professor de adaptar seus métodos de ensino no cotidiano escolar. Em contrapartida, gestores, funcionários e comunidade não estão imunes à busca de uma postura inclusiva, embora a universidade tenha o dever de buscar adaptações, estruturais, curriculares, atitudinais e pedagógicas, para o acesso e a permanência desses jovens no ensino superior.

Assim, concluímos que as instituições educacionais e os professores precisam praticar uma Educação Inclusiva, livrar-se das amarras produtivistas do ensino superior e voltar o olhar para a função social da universidade de promover um ambiente que comporte todas as diversidades culturais, tratando-as de forma igualitária, respeitosa e democrática através de um ensino inclusivo de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, A. A; ROVETTO, S. S. M; OLIVEIRA, R. A. Desafios da implementação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 299-312, maio/ago., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9037>>. Acesso em: 9 maio 2018, às 19h22min.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Lisboa: Edições 70; Almedina Brasil, 2012.
- BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2007. Disponível em: <<http://www.senadorpaim.com.br/admin/assets/repositorio/49c60df0a671b1da9ca731b931847585.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2018, às 14h36min.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior**, 2010. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior**, 2015. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/7/2015.
- BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados – ECA. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Convenção, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 18 maio 2018, às 19h08min.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008.
- CAMBRUZZI, R. C. S; COSTA, M. P. R; DENARI, F. E. A acessibilidade de um cadeirante em uma instituição pública do ensino superior: rotas e rotinas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 351-366, maio/ago., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4386>>. Acesso em: 9 maio 2018, às 19h10min.
- CASTANHO, D. M. Inclusão e prática docente no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 93-99, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/4350/pdf>>. Acesso em: 9 maio 2018, às 16h50min.

CORRÊA, J. R. S; SANDER, R. E; MARTINS, S. E. S. O. A percepção de universitários sobre a atuação do intérprete de Libras no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, V. 30, n. 58, p. 520-540, mai/ago., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/23948/pdf>>. Acesso em: 9 maio 2018, às 19h01min.

CROCHÍK, José Leon. Educação Inclusiva e Preconceito: Desafios para a prática pedagógica. In: MIRANDA, T.G; FILHO, T.A.G. (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: Formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

DURTE, E. R.; FERREIRA, M. E. C. Panorama da inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior de Juiz de Fora, MG. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 36, p. 57-72, jan./abr., 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1433/829>>. Acesso em: 9 maio 2018, às 18h58min.

FREITAS, C. G; DELOU, C. M; CASTRO, H. C. Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 765-778, set/dez, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/15747>>. Acesso: 10 maio 2018, às 09h21min.

LANA, Z. M. O; CASTRO, F. G. A. S; MARQUES, S. M. F. Memória e Identidade docente de uma professora surda do Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 69-82, jan./abr., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17812>>. Acesso: 10 maio 2018, às 09h43min.

MARQUES, L. S.; GOMES, C. Concordância/discordância acerca do processo inclusivo ano Ensino Superior: um estudo exploratório. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 313-326, maio/ago., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/8842>>. Acesso: 9 maio 2018, às 18h20min.

MENDES, H. S. F.; BASTOS, C. C. B. C. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, V. 29, n.54, p. 189-202, jan./abr., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17215>>. Acesso em: 9 maio, às 18h52min.

PANSANATO, L. T. E; RODRIGUES, L.; SILVA, C. E. Inclusão de estudante cego em curso de análise e desenvolvimento de sistemas de uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 55, p. 471-486, mai./ago., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17106>>. Acesso: 9 maio 2018, às 17h37min.

ROCHA, L. R. M.; LACERDA, C. B. F. Vestibulares vídeo-gravados em Libras: Um novo modo de acesso ao ensino superior federal? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 709-722, set/dez, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/21782>>. Acesso em: 10 maio 2018, às 09h48min.

SALES, Z. N; MOREIRA, R. M; COUTO, E.S. O convívio acadêmico: representações sociais de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, V. 29, n.55, p. 295-308, maio/ago., 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14275>>. Acesso em: 09 maio 2018, às 18h46min.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.